



JORNAL DA ADUA

✉ imprensa.adua@gmail.com  /adua.andes  ADUA

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

www.adua.org.br



Greve Geral: Enquanto o governo Temer insiste na adoção das contrarreformas que retiram direitos e causam o desmonte do serviço público, a classe trabalhadora intensifica a luta contra estes retrocessos.  Pág. 4/5

Igualdade
Racismo é desafio nas universidades brasileiras  Pág. 3



Opinião
Reforma Trabalhista: democracia foi constrangida  Pág. 10

Artigo
Sonho de liberdade de Che Guevara continua vivo  Pág. 9

Entrevista
Contrarreformas são ofensivas articuladas do Capital  Pág. 6/7



Editorial

Em pleno século 21, o pensamento colonialista, racista e elitista ocupa espaço em instituições de Ensino Superior, nas quais o ingresso de indígenas e negros ainda tem sido dificultado por um sistema de ingresso excludente, que auferir privilégios na proporção inversa da quantidade de melanina na pele. Sim, exclusão e racismo na Ufam e no Ensino Superior brasileiro. Universidades feitas para brancos. E se ao invés de Santo Agostinho, Zeus ou Thor, nas questões dos processos seletivos perguntássemos sobre as divindades e a cosmogonia iorubá ou Waimiri Atroari? Por que tais questões não são feitas? Qual a quantidade de docentes negros e negros nas universidades? Qual o espaço destinado ao movimento hip hop, à capoeira ou ao maracatu na Ufam? Se ainda é reduzido, a disposição do movimento hip hop é a de ampliar na base de batalhas: as batalhas de conhecimento. O espaço em disputa? A biblioteca! Nesta edição, essas e outras questões são abordadas por estudantes e docentes afrodescendentes da Ufam.

Mais do que o direito de indígenas, negros e negros acessarem o Ensino Superior brasileiro, a atual conjuntura pode penalizar todo o conjunto da classe trabalhadora com a retirada do direito à universidade gratuita, além de um Ensino Médio que ofereça conteúdos críticos a seus estudantes. Ao invés disso, pretende-se implementar, como sugere o Banco Mundial, a cobrança de mensalidades no Ensino Superior público e também o aprofundamento de um modelo de Ensino Médio pautado na formação de mão de obra para o mercado, como um revival macabro dos anos 1990.

No contexto dos direitos trabalhistas também a “tesoura temerosa” mirou diversas conquistas históricas, obtidas com muita luta ao longo de décadas, transformando o trabalhador num mero prestador de serviços mal remunerado e sem direito a ir ao banheiro durante o expediente. Por este motivo, trabalhadoras e trabalhadores saíram às ruas, em todo o Brasil, no dia 10 de novembro de 2017, na véspera da entrada em vigor da chamada Reforma Trabalhista, para tentar barrar a escalada infundável de retrocessos que o Governo Temer implementa desde seu acesso ilegítimo ao Palácio do Planalto, e no dia 5 de dezembro, contra a Reforma da Previdência, para evitar o fim da aposentadoria.

Além disso, ainda nesta edição, o professor Caio Antunes, da UFG, aborda os conceitos de Educação, Crise Estrutural do Capital e fala sobre o caráter irreformável do Capital e do Capitalismo, tese defendida por István Mészáros. Prezado leitor, que estas leituras, mais do que agradar, possam desassossegar! Uma instigante leitura!

Notas

1 Greve dos TAEs

Em defesa da educação e dos serviços públicos e contra a Reforma da Previdência, o desmonte da carreira, o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e o aumento da contribuição previdenciária, Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) da Ufam entraram em greve no dia 14 de novembro. Conforme o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), TAEs de 31 universidades federais estão paralisados. A categoria reivindica também negociação salarial e direitos da carreira administrativa.

1 Resposta jurídica

Diante dos ataques aos direitos do trabalhador, orquestrados pelo governo Temer e com o apoio do Legislativo e Judiciário, o ANDES-SN reuniu, nos dias 24 e 25 de novembro, um time de advogados, assessores jurídicos e dirigentes sindicais, em mais um encontro do Coletivo Jurídico do Sindicato Nacional, para discutir as estratégias jurídicas em defesa da classe trabalhadora. No evento, a ADUA foi representada pelas advogadas Auxiliadora Bicharra e Fernanda Kelen, da assessoria jurídica da seção sindical. Com

essa participação, a entidade fica mais preparada para utilizar os mecanismos jurídicos em favor de seus associados.

1 Seminário Nacional

O professor Lino João de Oliveira Neves representou a ADUA no Seminário Nacional do Grupo de Trabalho de Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais (GTPAUA), realizado nos dias 23, 24 e 25 de novembro, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís. O encontro teve como tema “Desafios Atuais das Questões Agrárias, Urbanas, Ambientais, Indígenas e Quilombolas”.

1 Congresso do ANDES

A delegação da ADUA para o 37º Congresso do ANDES-SN foi definida na Assembleia Geral do dia 29 de novembro. Participarão os professores Solano da Silva (Benjamin Constant), Priscila Mendes (Coari), Leonardo Dourado (Humaitá), Tomzé Costa, Isaac Lewis, Belizário Neto e Alcimar Oliveira (Manaus). Como observadores irão os docentes Ana Lúcia Gomes, Ana Cristina Martins e Jorge Barros. O Congresso será de 22 a 27 de janeiro, em Salvador (BA).

Charge



JORNAL DA ADUA

O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES - SN.

Diretoria:

Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2ª Tesoureira).

Diretor Responsável:
Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável:
Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Reportagem:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)
Daisy Melo

Designer/ilustradora:
Jéssica Martins

Projeto gráfico:
Ángelo Lopes

Fotografias:
Annyelle Bezerra, Daisy Melo e Lino João de Oliveira Neves.

Chargista:

Junior Lima

E-mail:

adausindicato@gmail.com | imprensa.adau@gmail.com

Endereço:

Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005
Manaus - Amazonas

Impressão:

Graftech. 2000 exemplares.

Fale Conosco

(92) 3088-7009

www.adau.org.br

>>> NEGRITUDE

Quantos professores negros você tem?

Annyelle Bezerra

Tema debatido geralmente em novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra - no dia 20 - a questão étnico-racial no ambiente acadêmico levanta questionamentos pertinentes sobre o nível de representatividade negra nas universidades públicas brasileiras, seja entre estudantes ou professores. Na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), um exemplo da necessidade urgente de enfrentamento ao racismo institucional foi a absurda reação aos cartazes fixados por membros do Coletivo Negro Alexandrina que questionavam, com base em pesquisa realizada na Universidade de Brasília (UnB), a quantidade de professores negros na instituição. Os cartazes chegaram a ser pichados e destruídos.

Membro do coletivo Feminista Baré, da Rede Fulanas-NAB, da Rede de Ciberativistas e estudante do curso de Pedagogia da Ufam, Raescla Ribeiro afirma ser preciso questionar os motivos que fazem os negros formados não se tornarem professores universitários. Categórica ao defender que a comunidade acadêmica da Ufam é racista, Raescla chama a atenção para um dado alarmante: cursando o 6º período de um curso destinado a formar professores, teve, até agora, dois docentes negros.

A presença de professores e discentes negros no ambiente universitário configura um importante mecanismo de aferição de resultados de políticas afirmativas voltadas a este segmento. A identificação da representatividade demonstra que esses atores estão inseridos e conseguem permanecer na universidade, situação que, segundo a estudante, “por muitas vezes nós não vemos na Ufam”.

Outro ponto que, de acordo com Raescla Ribeiro, precisa ser feito é afinar as reivindicações da classe trabalhadora com a defesa dos direitos dos negros para garantir o fortalecimento da mobilização e a manifestação do desconforto com as desigualdades ét-

nico-raciais, incluindo as fomentadas por práticas docentes como o assédio sexual contra estudantes negras e a indiferença com a evasão de discentes negros. Isso é necessário, conforme a estudante, “se nós queremos uma educação que vá contra um governo golpista e que construa uma cidadania”, para que não se corra o risco de defendermos um discurso hipócrita.

Desafios

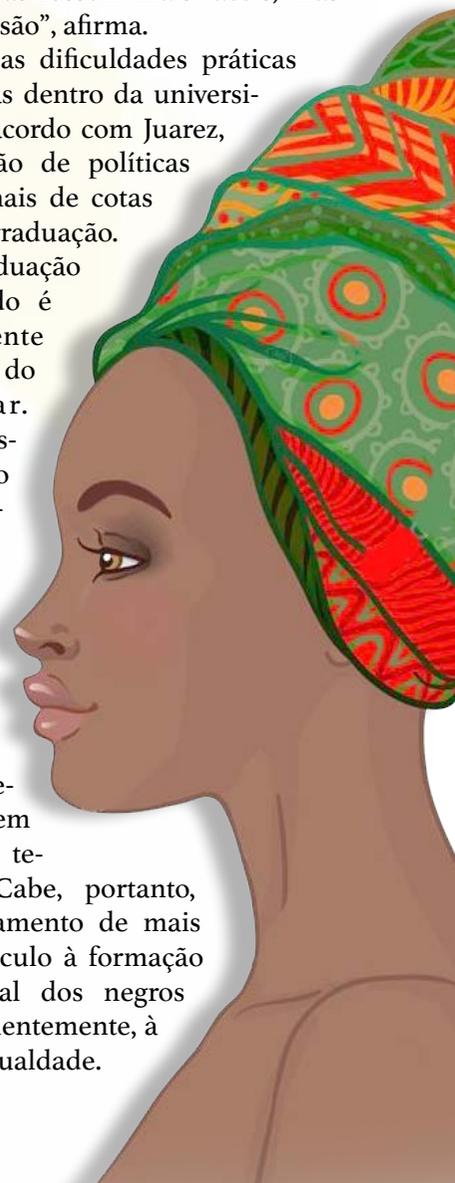
Para a professora do Instituto de Natureza e Cultura (INC), da Ufam, em Benjamin Constant, e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro Indígena (NE-AINC) da instituição, Renilda Aparecida Costa, o racismo institucional e o assédio existem, mesmo os brasileiros não se considerando racistas. A discriminação por meio de atitudes e não de palavras ocorre na Ufam, segundo Renilda, assim como em outras instituições da sociedade e se configura como um desafio para docentes, estudantes e técnicos-administrativos negros. “A universidade foi construída em bases racistas. Os alunos que entram por ações afirmativas, muitas vezes, são inferiorizados porque essas ações são mal interpretadas. Elas estão ligadas a uma dívida que o estado brasileiro tem com os negros. O sistema de cotas trouxe um novo olhar e novas pessoas puderam fazer parte da universidade. Devemos ter o pensamento de que as pessoas merecem reconhecimento e dignidade na sua identidade”, aponta a docente.

Focadas em acordos internacionais, nos quais o Brasil se compromete em vencer as desigualdades raciais, as políticas públicas, de acordo com Renilda Costa, mesmo tendo caráter de estado para impedir a descontinuidade, tendem a sofrer oscilações em função das prioridades adotadas em cada governo. Situação que se evidencia nos ataques aos direitos trabalhistas praticados pelo atual governo, dentre eles o Projeto de Lei nº 116/2017 que prevê a demissão dos servidores públicos por ‘insuficiência de desempenho’, abrindo espaço para a prática de perseguição no ambiente de trabalho. “O problema dessa novidade da perda da estabilidade

funcional é o uso político-partidário que se faz. O concurso público na trajetória da história foi criado para que o racismo não operasse. Os negros tiveram ascensão na universidade através do concurso público. Essa medida afetada diretamente a população negra, uma vez que o rosto que indica [cargos] não é negro, nem indígena”.

As reivindicações da população negra e dos movimentos ativistas passam a sociedade como um todo e a universidade não está excluída desse debate. Para o pesquisador fundador do movimento Afro Amazonas, Juarez Silva, muitas temáticas negras permaneceram por muito tempo “escamoteadas” na academia, mas agora já conseguem ser debatidas com um pouco menos de resistência. “Esperava-se que certas coisas fossem mais fáceis, mas ainda não são”, afirma.

Uma das dificuldades práticas vivenciadas dentro da universidade, de acordo com Juarez, é a criação de políticas institucionais de cotas na pós-graduação. “Na graduação o resultado é praticamente advindo do vestibular. Já na pós-graduação se enfrenta etapas altamente subjetivas que têm aliado os pesquisadores negros e quem estuda a temática”. Cabe, portanto, o enfrentamento de mais esse obstáculo à formação educacional dos negros e, conseqüentemente, à luta por igualdade.



Trabalhador em Greve Geral volta a ocupar as ruas contra as reformas

Da Redação

A Greve Geral e a manifestação nas ruas têm sido algumas das “armas” da classe trabalhadora brasileira para demonstrar indignação e resistir à retirada de direitos imposta pela política regressiva do presidente ilegítimo Michel Temer. Após as mobilizações dos dias 28 de abril e 30 de junho deste ano, mais amostras da disposição dos trabalhadores foram dadas no Dia Nacional de Lutas, Mobilizações e Paralisações, 10 de novembro, e na Greve Geral, em 5 de dezembro. Nestas últimas mobilizações, que contaram com a participação da ADUA, houve ênfase ao tom de crítica, principalmente, às Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, partes fundamentais da agenda massacrante do governo federal.

A Greve Geral do dia 5 começou a ser construída a partir da ameaça da votação da Reforma da Previdência –Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16 –, no Congresso Nacional. Durante o ato de 10 de novembro com mais de 10 mil manifestantes, na Praça da Sé, em São Paulo (SP), foi aprovada simbolicamente a construção da Greve, que foi realizada mesmo após a desistência das direções nacionais da CUT, Força Sindical, CTB, UGT, NCST e CSB, sem consulta à base e às vésperas do ato.

O recuo das centrais foi duramente criticado pelo ANDES-SN em uma nota de repúdio. No documento, a entidade classificou de “covarde” a justificativa de que a votação da Reforma da Previdência, agendada para o dia 6 de dezembro, havia sido suspensa – o que não foi informado oficial-

mente pelo governo – e declarou repúdio à “traição” das centrais sindicais. Na nota, o Sindicato Nacional convocou a categoria a manter a mobilização em articulação com outras entidades, movimentos sociais, populares e estudantil e a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), que também publicou uma nota classificando a desistência das centrais de um “grave erro” que “ajuda somente ao governo Temer”.

A pauta principal da Greve Geral foi a Contrarreforma da Previdência. O novo texto – apresentado no dia 22 de novembro – insiste no ataque aos direitos dos trabalhadores e continua se configurando como um retrocesso sem precedentes, que resultará no fim do direito à aposentadoria no país. Além disso, a nova proposta é ainda mais drástica para os servidores públicos, uma vez que o tempo mínimo de contribuição de 25 anos foi mantido para os servidores públicos, como estava no texto original, mas para os trabalhadores do setor privado fica em 15 anos, como é a regra atual. Porém, caso um funcionário do setor privado contribua por 15 anos, terá direito a 60% da renda média de contribuição, enquanto que os servidores públicos que contribuírem por 25 anos terão direito somente a 70%.

Mesmo antes da apresentação deste novo texto, no dia 23 de outubro, a CPI da Previdência confirmou a falácia do déficit e a manipulação nos dados e cálculos apresentados pelo governo para justificar o ataque às aposentadorias. No relatório final a conclusão foi de que “é possível afirmar,



FOTOS: DAISY MELO

com convicção, que inexistente déficit da Previdência Social e da Seguridade Social”, no Brasil, reforçando a saída às ruas para o combate a esta medida, o que foi feito mais uma vez pelos docentes da Ufam e outras categorias no dia 5 de dezembro.

Retrospectiva

Neste ano, outras duas Greves Gerais entraram para a história. A do dia 28 de abril é considerada a maior mobilização da classe trabalhadora brasileira na avaliação das Centrais Sindicais. Com forte adesão, o ato unificado levou 40 milhões de pessoas às ruas do país. Em Manaus, cerca de 20 mil pessoas de diversas categorias pública e privada participaram de uma passeata no Centro, em protesto às contrarreformas e à Lei da Terceirização.

Já no dia 30 de junho, trabalhadores foram às ruas contra as Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, pela revogação da Lei das Terceirizações e pelo Fora Temer, ou seja, para exigir a saída de Michel Temer da presidência. A segunda Greve Geral do ano com duração de 24 horas foi convocada em unidade por todas as centrais sindicais brasileiras. Apesar de não ter registrado uma adesão semelhante à





do dia 28 de abril, o ato chamou a atenção para a necessidade de uma unidade cada vez maior dos trabalhadores para barrar os retrocessos impostos por Temer.

Realizado na véspera da entrada em vigor da Contrarreforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), o Dia Nacional de Lutas, Mobilizações e Paralisações reuniu centenas de manifestantes no Centro de Manaus, entre representantes de sindicatos, associações e movimentos sociais, populares e estudantil. Os trabalhadores empunharam cartazes e gritaram palavras de ordem exigindo a revogação da reforma e não pouparam críticas também às administrações municipal e estadual.

Construído em conjunto com diversas centrais sindicais brasileiras, o ato do dia 10 de novembro teve como pauta central a Contrarreforma Trabalhista que precariza, ainda mais, o trabalho no Brasil. Exemplos deste retrocesso são o estímulo à terceirização e à “pejotização”; a autorização incondicional da dispensa em massa; a tarifação da indenização nos casos de acidentes de trabalho; a criação do empregado hipersuficiente; a prevalência do negociado sobre o legislado, evidenciando o privilégio dado ao patrão em relação



ao empregado e impondo mais prejuízos ao trabalhador ao abrir a possibilidade de renúncia às normas de saúde e segurança; e a construção de obstáculos para acesso do cidadão ao Judiciário.

Estes abusos foram ampliados com a publicação, no dia 14 de novembro, da Medida Provisória (MP) 808/17 que regulamenta alguns pontos da Contrarreforma Trabalhista. Na avaliação da assessoria jurídica do ANDES, a MP amplia os ataques, principalmente em pontos como trabalho intermitente, condições de trabalho de grávidas e lactantes, jornada 12 por 36 horas e ajuda de custo. O discurso governamental era de que tal medida iria resguardar os direitos dos trabalhadores, mas, na prática, abre mais brechas para a exploração e reafirma o caráter de desmonte da reforma.

Além das Greves Gerais, uma série de mobilizações nacionais foi construída ao longo de 2017. No dia 28 de novembro, uma Caravana levou mais de 5 mil manifestantes a Brasília para protestar contra os ataques ao funcionalismo público e o desmonte dos serviços públicos. A capital federal também foi palco, no dia 24 de maio deste ano, do Ocupa Brasília, a maior manifestação de Brasília na última década, com 150 mil manifestantes.

De maneira geral, as mobilizações deste ano apresentaram também manifestações contra outros itens do “pacote de maldades” de Temer como a Emenda Constitucional (EC) 95/17, que impõe limitações orçamentárias às instituições públicas por 20 anos; o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) proposto aos servidores públicos federais; a exigência da revogação da Lei das Terceirizações ilimitadas, além da autonomia e liberdade acadêmica e da defesa da educação pública. Com esta intensa agenda de mobilizações, os trabalhadores brasileiros já deram sinais de que resistir é a palavra de ordem.



O que os trabalhadores podem fazer contra essas medidas?



Aldair Andrade,
presidente da ADUA

“Somente a classe trabalhadora é capaz de imprimir uma resistência significativa à retirada de direitos imposta pelo governo. Não podemos ser ingênuos em achar que há unanimidade entre nós. Mas, não são essas diferenças que queremos destacar. Pelo contrário: só podemos avançar contra essa agenda regressiva, se começarmos a encontrar pontos de convergência na luta contra o capital”.



Alcimar Oliveira,
ex-presidente da ADUA

“É preciso dizer fora à quadrilha que neste país tem ocupado os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo no Brasil. Somente a classe trabalhadora na rua, empregada ou desempregada, organizada, pode mudar os rumos desse país. E pra isso, é preciso sair do imobilismo. Só temos duas saídas dignas: lutar ou lutar! Não há outra alternativa, companheiros. E essa luta passa pela ocupação das ruas. O povo precisa voltar a manifestar sua indignação!”



Gilberto Vasconcelos,
repres. da CPS-Conlutas

“A classe trabalhadora está pronta para construir a resistência e um futuro decente para todos, apesar dos ataques. Para isso, é preciso superar as direções tradicionais que insistem em promover a conciliação entre trabalhadores e empresários: não há como harmonizar interesses opostos. A Central tem clareza da importância de unir explorados e oprimidos para construir a unidade da classe trabalhadora e assim conquistar vida digna”.



Williamis Vieira,
dirigente do Sinasefe

“Só a unidade da classe trabalhadora é capaz de derrotar os ajustes fiscais. Nós estamos vivenciando uma época em que os ataques estão sendo costurados para acabar as universidades públicas e os institutos federais, com o corte de recursos. Por isso, é muito importante não deixar de ir às ruas lutar pelos nossos direitos. Não podemos retroceder!”

CAIO ANTUNES

O professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) aborda nesta edição os conceitos de Educação, Crise Estrutural do Capital e Irreformabilidade do Capital e do Capitalismo defendidos pelo filósofo húngaro István Mészáros, falecido no dia 2 de outubro deste ano.



Para Mészáros, o sistema do Capital deve ser radicalmente transformado

Nesta entrevista concedida ao Jornal da ADUA, o professor da UFG, Caio Antunes, discorre sobre a ofensiva do Capital levada a cabo pelo “governo terceirizado” de Michel Temer e caracterizada por medidas regressivas como o projeto Escola Sem Partido e as Contrarreformas Trabalhista, Previdenciária e do Ensino Médio. A partir das teses do filósofo István Mészáros, o especialista aponta também quais as implicações desta articulação para a vida do trabalhador brasileiro.

Para István Mészáros, a educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida. Como seguir essa premissa na atual conjuntura?

Quando Mészáros aborda a questão educacional, ele não está se referindo apenas ao que acontece na escola, dentro da instituição formal de educação. Ele trata a educação em seu sentido amplo, como processo de formação humana, portanto, um processo ininterrupto, que acontece ao longo de toda a vida de todos os seres humanos. Aprender a noção de que a educação não deve formar para o mercado de trabalho e sim para a vida, em Mészáros, significa compreender que os processos formativos não devem ser orientados para a qualificação da força de trabalho, para a mera manutenção da “empregabilidade”. O momento histórico que vivemos, no que tange à esfera educacional, objetiva uma redução da educação, mais especificamente a institucional, aos ditames mais imediatos da lógica reprodutiva do Capital, para uma pseudo qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras para a venda da sua força de trabalho no mercado. É este tipo de formação, essencialmente precária e imediatista, que a Contrarreforma do Ensino Médio, aliada com o recorte ideológico do Escola Sem Partido, pretende. Isto vai fazer não só com que as pessoas tenham uma qualificação aquém da possibilidade imediata da venda da sua força de trabalho, como logo tenham de comprar essa qualificação extra nas instituições

privadas que pululam pelo país. Estas instituições irão vender essa “qualificação” que a escola pública tem muitas dificuldades de garantir. Além disso, com o amordaçamento do pensamento pretendido pela Escola Sem Partido, as pessoas terão dificuldade de ter elementos teórico-cognitivos para e não naturalizar essa relação – o que dizer de confrontá-la. E com tudo isso, ainda aliado à Reforma da Previdência e à ampliação da terceirização das atividades fins, em meio às intempéries políticas por que o Brasil vem passando, conseguir emprego não está garantido para a classe trabalhadora nem para amanhã de manhã. Portanto, confrontar a imediatidade restrita e restritiva dessa instrução formal capitalista com o conceito amplo de educação e formação para a vida e para os valores humanos, tal como apontado por Mészáros, além de urgente, é hoje profundamente necessário.

Mészáros recusa a noção de reforma que se propõe apenas a correções marginais. Em sua opinião, por que as reformulações educacionais são sempre reducionistas?

A crítica de Mészáros ao que ele denomina de “estratégia reformista” tem vários elementos. Inicialmente, para Mészáros, o sistema do Capital se constitui de um conjunto de relações sociais (entre produção e apropriação) que se materializa de formas históricas variadas, sendo a mais avançada dessas formas o modo de produção capitalista industrial. Mészáros aponta que o sistema do Capital (e seu modo de produção capitalista) são de fato irreformáveis, pois existe um movimento interno do Capital, inexorável, de, para se autovalorizar, intensificar as contradições que lhe são subjacentes. Essas contradições normalmente eclodem na forma de crises, de magnitudes variadas – como, por exemplo, as de 1929, e a de 1968-1973, na qual, aliás, ainda estamos. As formas de o capital superar tais crises é, de um lado elevar a intensificação das taxas de exploração do trabalho e, de outro lado, a guerra. A diferença da crise atual (que se arrasta há mais de 40 anos) é que, diferentemente da crise de 1929 – enorme, mas que pode ser resolvida apenas com a eclosão da II Guerra Mundial –, o capital não dispõe da guerra como alternativa, por razões óbvias. O que vivemos neste nosso tempo histórico é o que Mészáros denomina de “crise estrutural do capital”. Mas a questão fundamental aqui é que essas crises são geradas pelo próprio movimento interno do Capital e o Capital, para superá-las, precisa intensificar o seu movimento que a essas crises deu origem. A modificação desse movimento interno desestruturaria o capital. Deste modo, o tipo de reforma que o sistema do Capital empreende de maneira nenhuma intenta solucionar os verdadeiros e profun-



FRANCISCO EMOLO

dos problemas sociais que vivemos, mas apenas solucionar pontual e paliativamente a ocorrência de algumas manifestações desses problemas. Tudo isso que estamos vivendo, no mundo todo, nas mais variadas esferas da vida social, dentre elas a Educação, compõe para o capital um dos aspectos da sua “estratégia reformista”, saída ainda mais necessária em tempos de “crise estrutural”. Por isso, Mészáros entende que o Capital não deve ser reformado, mas deve ser radicalmente transformado.

A concepção de Educação como mercadoria cresce sistematicamente. Qual o papel dos empresários da Educação e do interesse do Capital nos rumos da educação brasileira?

A influência do setor empresarial na educação é poderosa, não só na deformação e/ou destruição de sistemas públicos inteiros e na constituição de novas políticas educacionais, mas também no reordenamento geral do Estado como um todo. O papel destes empresários da educação no Estado, apesar de fundamental, não deve ser entendido apenas como uma iniciativa isolada do setor privado em um setor de investimentos específico. Este movimento compõe um realinhamento hegemônico do capital em todas as suas esferas da vida social, em todos os países do mundo. Se pensarmos que este setor pretende ser a saída (privada!) para o vácuo formativo que será deixado pela escola pública, como discutimos na primeira pergunta, temos mais elementos para a compreensão de um projeto de formação (em sentido amplo) de um novo tipo de trabalhador e trabalhadora que está em curso, também aqui no Brasil.

A escola do Capital cada vez mais alarga suas fronteiras no Estado brasileiro. Qual o futuro da universidade pública diante dessa abrangente e enraizada pedagogia definida pelo mercado?

A universidade pública brasileira, tal qual qualquer outra esfera da vida social, não só não está imune à sociedade de classes, no interior da qual ela se constitui e em relação a qual ela atua, como a universidade pública tem peculiaridades nessa luta. Se uma guerra mundial (como saída para a crise que vivemos) está fora de cogitação, há sobre o Estado, e dentro dela a saúde pública, a previdência pública, a educação pública (da qual a universidade é parte) uma iniciativa internacionalmente articulada de imensa elevação das taxas de exploração do trabalho ao redor do mundo. É no interior

desse processo que se insere, sob um ponto de vista, o amplo processo de mercadorização da educação que presenciamos, mediado, inclusive, pelo incentivo monumental, inclusive por parte do Estado, da iniciativa privada de Ensino Superior. Sob outro ponto de vista, pode-se traçar um paralelo entre o que passa a universidade pública hoje e o que passou a escola pública há algumas décadas. A escola pública brasileira foi uma escola muito forte quando nela estudavam os filhos da elite. Quando a população trabalhadora nela começa a adentrar, essa escola pública é devastada e surge, como salvação, uma escola privada, onde obviamente apenas pode estudar quem pode pagar.

Quanto ao conceito da luta de classes, ou método da luta de classes, como defendê-lo como categoria de leitura e estratégia de transformação social num quadro de prevalente intelectualidade ade-sista?

Chega a ser curiosa a necessidade de se dizer que a tomada de posição, por parte, por exemplo, de docentes da universidade pública, é luta de classes, o que também não deixa de ser um emblema da mediocridade intelectual de nosso tempo. Um primeiro aspecto que, exatamente por ser característico, é importante de ser tratado é que, nas universidades públicas brasileiras, hoje, constata-se muito facilmente que as pessoas que nela trabalham entendem-se como intelectuais e não como trabalhadores. O que é uma clara manifestação da própria luta de classes. Mas é exatamente o movimento ideológico de escamoteamento da luta de classes um dos aspectos fundamentais do ponto de vista burguês. Este processo não só precisa ser escancarado como precisa ser evidenciado e radicalmente confrontado.

O que pode fazer afinal a escola dos trabalhadores diante de tamanha regressão política, cuja expressão mais agressiva e obscurantista para a educação se materializa na “escola sem partido” ou lei da mordada?

Como já discutimos, a Escola sem Partido e a contrarreforma do Ensino Médio estão profundamente articuladas com a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista. Todos esses movimentos pontuais estão articulados a uma ofensiva desesperada do Capital que vive o seu momento de crise estrutural – que se arrasta de 1968-73 até agora. Não é uma crise só do capitalismo, mas sim do sistema do capital. Este movimento articulado em diversas frentes visa um reordenamento hegemônico do capital e uma profunda adequação e subjugação de toda classe de homens e mulheres que vive apenas da venda da sua força de trabalho às necessidades deste mercado capitalista imediatista. A compreensão dessas categorias fundamentais oferecidas por Mészáros – educação, crise estrutural do capital, irreformabilidade, estratégia reformista – permite não apenas uma articulação dos diversos aspectos acima discutidos, mas, sobretudo, uma organização politicamente mais consciente e estrategicamente mais bem definida da própria classe trabalhadora como um todo para que rumar, como também nos diz Mészáros, “para além do capital”.

>>> **AUMENTO DA DESIGUALDADE**

Mudanças no Ensino Médio retiram direitos dos estudantes

Muito diferente do que é disseminado pelo governo, a “Reforma” do Ensino Médio irá aumentar as desigualdades na educação.

Pensar e repensar o Ensino Médio e identificar sua situação de crise se tornou lugar comum. Embora a Educação em todos os níveis seja objeto de crítica, parece-nos que na direção do Ensino Médio os dedos estão mais raivosos. Entender porque esta etapa da Educação Básica é o alvo preferencial nos ajudaria a entender a recorrência da crise.

Entre 2003 e 2013, vinha sendo construída uma concepção de Ensino Médio que procurava restaurar as linhas mestras da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para esta etapa da Educação Básica, apontando para a integração e integralidade no processo de formação dos jovens e adultos, mesmo que num processo moroso que não atendeu os nossos anseios.

No entanto, o esforço desses últimos anos sofreu uma intervenção brusca e radical. E vem, com importante estratégia de marketing, construindo uma nova proposta de Ensino Médio, retomando o ideário dos anos 1990, agora recheado de concepções de homem e de relações humanas pré-modernas. Essa proposta é absolutamente consonante com o que se projeta nas novas formas de regulação do trabalho, ou na sua desregulação.

O esforço do atual grupo no poder encontra eco entre o empresariado da educação e pode ter caráter meramente comercial: o Ensino Médio pode se constituir em bom investimento quer seja pela mera cooptação de clientes, vendendo facilidades e perspectivas de sucesso, quer seja pela apropriação dos recursos públicos através de bolsas. No entanto, o constituir-se em território de disputa ideológica privilegiado é que torna o Ensino Médio tão atraente. Aí se produzirá as novas gerações de trabalhadores, fazendo desaparecer a experiência histórica da classe.

A reforma chega então com reformadores de ocasião, mas principalmente pelos setores que viram o projeto dos anos 1990 ser suplantado com a crise do modelo neoliberal e que hoje ressurgem com grande apoio de setores ultrac conservadores.

Na tentativa de construir legitimidade

para a proposta, o discurso para a sociedade e aos possíveis estudantes se faz exatamente em seu aspecto reducionista.

Importante destacar que esse processo de construção não tem nada de aleatório ou ligeiro. Esta reforma expressa a posição dos grupos que hegemonizaram o sistema educacional nos anos 1990. Não surge de um dia para o outro, no alvorecer do golpe, na forma como foi apresentada ao Congresso Nacional, no dia 22 de setembro de 2016, a Medida Provisória (MP) 746/16. Ela é resultado de um trabalho de resistência dos representantes dos interesses econômicos nacionais e internacionais, no confronto com uma larga tradição teórica que enfatizava a Educação como direito e a projetava para o desenvolvimento integral no processo de humanização.

Não por acaso no movimento *pró-impeachment* apareciam cartazes atacando Paulo Freire e que nos provocou risos (não era para rir).

Os movimentos que culminaram na Medida Provisória – apresentada no final do ano passado e que, depois de tramitada, se materializou na Lei nº 13.415, aprovada em 16 de fevereiro (“Reforma” do Ensino Médio) e homologada na sequência pelo ocupante da presidência – caminha no sentido oposto do que vinha se projetando no último decênio. Ela é, na verdade, a expressão de um longo processo de disputa que ganhou nuances durante os movimentos de redemocratização do país, na disputa pela hegemonia, entre setores liberais e outros de corte democrático popular. No meio desta disputa, grupos ultrac conservadores e fisiológicos de todos os matizes ganharam posições, pois no Congresso o voto é moeda de troca.

Os movimentos que levaram o atual grupo ao poder trazem uma narrativa que já nos é familiar. É a repetição da monocórdica trilha sonora dos anos 1990. A ênfase em Português e Matemática responde à exigência básica para que trabalhador possa se inserir no mundo do trabalho (mercado desregulado). Uma formação mínima para atender a quem ocupará os lugares periféricos do mercado. O decantado processo de globalização que se traduziu numa criminosa concentração de riqueza terá territórios próprios de produção e controle.

* Perfil



Por Sandra Regina Garcia

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), com atuação na área de Políticas Educacionais.



O constituir-se em território de disputa ideológica privilegiado é que torna o Ensino Médio tão atraente. Aí se produzirá as novas gerações de trabalhadores, fazendo desaparecer a experiência histórica da classe”.



>>> CHE GUEVARA

Podem morrer as pessoas, jamais as suas ideias

Outubro de 1967, a notícia da morte de Ernesto Rafael Guevara de la Serna, o “Che Guevara”, colocou Vallegrande, pequena cidade esquecida no coração da Bolívia, nas primeiras páginas dos jornais de todo o mundo.

Passados 50 anos já não restam dúvidas: falar em “morte” de Che Guevara é não apenas uma imprecisão histórica, mas uma manipulação grosseira dos acontecimentos. Testemunhas ainda hoje vivas contam que não apenas Che, mas também Simón Cuba “Willy” e Juan Pablo Chang “Chino” foram capturados vivos por agentes da CIA e militares bolivianos. Che de fato estava ferido, com “um balaço na perna”, como relatam aqueles que preservam a lembrança dos guerrilheiros heróis chegando à escolinha de *La Higuera*, onde ficaram presos no dia 8 de outubro de 1967 e assassinados no dia seguinte.

Che, Willy e Chino não morreram em combate, como pretende uma falsa história envergonhada de sua vilania. Che, Willy e Chino foram assassinados, sumariamente executados. Che foi

morto com tiro à queima roupa quando estava sendo interrogado na *Escuelita de la Higuera*.

Nove de outubro de 1967. Um militar boliviano foi quem apertou o gatilho do rifle que disparou o tiro fatal. Mas quem matou Che não foi esse militar, cujo nome, merecidamente, jaz esquecido no lixo infame da história; foi a truculência colonial que aniquila os sonhos de liberdade dos povos.

Nove de outubro de 1967, o dia em que a intolerância pensou que havia matado a liberdade na América Latina. Enganaram-se. Enganam-se todos que assim pensam. A liberdade é muito mais determinada que qualquer arbítrio, que toda imposição.

Che não morreu. Aliás, Che, Willy, Chino e outros três guerrilheiros: Manuel Hernández Osorio “Miguel”, Roberto Peredo Leigue “Coco” e Mario Gutiérrez Ardaya “Julio”, – a Vanguarda da Revolução, como lhes chamava Che, – tombados em 26 de setembro de 1967, não estão mortos.

Como o próprio Che animava os seus companheiros nos momentos difíceis de enfrentamento: *“Podrán morir las personas, pero jamás sus ideas”*, consigna ainda hoje inscrita em letras vivas em parede de *La Higuera*.

“Hermanos tuvimos pocos. Hoy somos millones...”; *“El revolucionario verdadero está guiado por grandes sentimientos de amor. Es imposible pensar en un revolucionario autentico sin esta cualidad”*; *“Si el presente es de lucha, el futuro es nuestro”*; *“Morir antes que esclavos vivir”*. As paredes da pequenina *La Higuera* cultuam a determinação revolucionária de Che.

Cinquenta anos depois, nos primeiros dias do último mês de outubro, as celebrações promovidas pela municipalidade de Vallegrande e seu distrito *La*

* Perfil



Por Lino João de Oliveira Neves

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra, professor do Departamento de Antropologia da Ufam e ex-diretor da ADUA.

Higuera para lembrar o trágico fim de Che foram ignoradas pelos meios de comunicação, enquanto tímidas celebrações ecoavam em várias partes do mundo o ideal de liberdade de Che e seus “camaradas-amigos”.

Ignorado por muitos, cultuado por outros tantos, o ideal de Che e seus combatentes continua presente na lembrança do povo latino-americano e de muitos povos que pelo mundo afora lutam por se livrar da opressão; povos que não desistem do sonho da liberdade possível.

Pintado em um muro na cidade de Sucre e em outros tantos muros de vilarejos e cidades da Bolívia, o rosto inconfundível de Che com sua boina preta encimada pela estrela de luz grita em letras garrafais que o ideal de liberdade de Che e seus camaradas continua vivo, *“Más presente que nunca”*, não nos deixando esquecer a possibilidade de um mundo entre iguais.

“Podrán morir las personas, pero jamás sus ideas”. Che está certo.



>>> **INCONSTITUCIONALIDADES**

O que esperar da Reforma Trabalhista

*** Perfil**



Por Cirlene Luiza Zimmermann

Procuradora no Ministério Público do Trabalho, mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e professora universitária.



A reforma está repleta de incoerências, contradições, inconstitucionalidades e inconveniências. Se o verdadeiro debate não foi oportunizado, a lei terá que enfrentar desgaste construtivo e se submeter à interpretação conforme a Constituição.

A Reforma Trabalhista entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017. Foi desenhada com o propósito de mudar radicalmente as relações de trabalho para torná-las mais “modernas” e “flexíveis” em consonância com a dinâmica do mercado. Implementada, seria retomado o crescimento econômico com a criação de novos empregos.

Com objetivos tão ousados, o governo exigiu uma tramitação célere do projeto de lei. Dispensou consultas sérias às organizações dos trabalhadores, ainda que fossem os principais impactados pela reforma, a despeito do compromisso que o Brasil assumiu perante à Organização Internacional do Trabalho de promover debates prévios e aprofundados em propostas legislativas que envolvem o mundo do trabalho. Por “sérias”, quer-se dizer com real possibilidade de influenciar o texto das mudanças, já que as audiências públicas serviram apenas para cumprir formalmente requisitos exigidos pela legislação. Ou seja, foram “só para inglês ver”.

A mesma seriedade faltou aos nossos congressistas, em especial aos do Senado Federal, que abriram mão do seu poder constitucional de revisores, diminuindo-se à condição de meros homologadores ou consultores do Poder Executivo. Em vez de apresentarem as emendas que entendiam pertinentes, dobraram-se aos interesses do Executivo e confiaram num acordo informal de veto ou de publicação de Medida Provisória (MP). O projeto foi rapidamente sancionado sem vetos e a MP nº 808 foi publicada no dia 14 de novembro de 2017, ou seja, três dias depois da entrada em vigor da reforma.

A democracia foi constrangida no trâmite legislativo da Reforma Trabalhista, o que, por si só, já seria o suficiente para questionar a legitimidade. A reforma da reforma por meio de

MP reforça o cenário de autoritarismo com que a matéria vem sendo tratada (“goela abaixo”).

Em débil debate promovido com a sociedade em meros quatro meses de tramitação, a MP que trouxe 85 novidades sem atender aos requisitos da relevância e da urgência e as alterações que violam normas constitucionais e internacionais traz mais insegurança ao empresariado do que supostamente trazia a legislação anterior. O empresário sério certamente não implementará as supostas facilidades da reforma sem uma consultoria jurídica, ao passo que um operador jurídico trabalhista tem noção de que a nova lei afronta direitos sociais dos trabalhadores.

Flexibilidade, agilidade e modernidade não são sinônimos de melhoria das condições sociais e a reforma pretende introduzir flexibilização precarizante. A menção à precarização não é pessimismo infundado. Reformas similares foram implementadas, há alguns anos, em países europeus e latino americanos, com resultados desanimadores. A promessa da criação de mais empregos certamente não se tornará realidade, pois não são relações de trabalho mais flexíveis e econômicas que geram postos de trabalho. Se não houver aumento de demanda, não há motivos para admitir novos trabalhadores. Mas como aumentará a demanda com a redução da massa salarial? Somente a manutenção e incremento da proteção normativa dos trabalhadores geram segurança e permite a retomada do crescimento.

A reforma está repleta de incoerências, contradições, inconstitucionalidades e inconveniências. Se o verdadeiro debate não foi oportunizado, a lei terá que enfrentar desgaste construtivo e se submeter à interpretação conforme a Constituição. A Reforma Trabalhista impôs novos desafios ao sistema de direitos sociais e será preciso buscar nos princípios basilares do sistema justralhista, que não mudaram, a capacidade de superá-los.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 31/08/2017 A 31/10/2017



| QUADRO RESUMO MENSAL | ago/17 | set/17 | out/17 |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Receitas | R\$ 86.235,00 | R\$ 85.992,04 | R\$ 85.765,20 |
| Despesas | R\$ 109.951,72 | R\$ 85.279,88 | R\$ 87.478,76 |
| SALDO ANTERIOR | R\$ 56.087,87 | R\$ 1.615,73 | R\$ 2.306,69 |
| Saldo Banco do Brasil S/A | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| Saldo Fundo de caixa | R\$ 1.615,73 | R\$ 2.306,69 | R\$ 155,61 |
| RESUMO DE APLICAÇÕES | R\$ 571.341,14 | R\$ 573.936,42 | R\$ 580.006,71 |
| Saldo Anterior da Conta Aplicação | R\$ 537.068,92 | R\$ 571.341,14 | R\$ 573.936,42 |
| Aplicações no Mês | R\$ 31.017,92 | -R\$ 177,34 | R\$ 3.495,29 |
| Rendimento de Aplicações | R\$ 3.254,30 | R\$ 2.772,62 | R\$ 2.575,00 |

*Errata da prestação de conta dos meses de agosto e setembro. Confira na íntegra no site da ADUA.

>>> MÚSICA

Ritmo e
poesia na

Universidade

Daisy Melo

“**N**um cenário paradisíaco proibido, onde o apoio a arte é escasso ou nunca foi visto”. É com o trecho de ‘Impávido’, do rapper manauara Victor Xamã, que o aluno de Direito, Vinicius Amadis, o ‘Cabeludo’, explica a cena em Manaus do rap. Amadis foi o campeão da 1ª Batalha da Biblioteca, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), organizada pela Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (Anel) com apoio da Faculdade de Artes (Faartes). Fazendo jus ao nome, a batalha de rap premiou o vencedor com os livros doados pelos próprios competidores.

“Infelizmente, hoje, o rap aqui na cidade é como disse Victor Xamã (...). Os incentivos são poucos e viver disso é bem mais difícil”, comentou Amadis. Para o estudante, a Batalha da Biblioteca abriu portas para cultura hip hop entrar na universidade pública e trouxe, segundo ele, a essência de um evento até então inédito na cidade.

Proposta

As rodinhas de batalhas informais pela Ufam serviram de inspiração para a produção da batalha. A disputa aconteceu no Centro de Convivência da universidade, na tarde do dia 25 de outubro. “É a primeira vez de um evento de rap na Ufam. A cultura da periferia adentra os muros da universidade. A periferia que rima, que constrói essa cultura do rap”, disse o estudante do curso de Sistemas de Informação, Julio Calazanz, que dividiu a organização do evento com Luiz André (Economia) e Diogo França (História).

Nesta primeira edição, a Batalha da Biblioteca contou com a participação de 12 competidores, principalmente das zonas Leste e Norte da cidade, e foi aberta ao público em geral. Em

um casamento perfeito com o local, o estilo de batalha escolhido foi a do ‘conhecimento’ ao invés da de ‘sangue’, que privilegia a troca de ofensas. A doação de um livro para cada um dos competidores resultou na “biblioteca” como prêmio final, que tinha títulos como O Livro Vermelho (Mao Tse Tung); A Política (Aristóteles) e Budapeste (Chico Buarque).

No movimento hip hop há cinco anos e com reconhecimento desde 2015 com o lançamento do álbum ‘Janela’, Victor Xamã vê como válida a aposta no estilo escolhido. “As pessoas têm investido na batalha de sangue, difamando o seu oponente. Não tenho nada contra, mas acho que tinha como explorar outros tipos de batalha, dava pra fazer slam de poesia [competição em que poetas recitam seus trabalhos], sarau, explorar outras opções que trazem a poesia e o ritmo”, comentou. A proposta também foi bem avaliada por Amadis. “O fato de ser uma batalha de conhecimento já torna o próprio evento diferenciado e até dá uma caracterização nova pois agora temos um evento que condiz com o local em que acontece. Acredito também que tenha sido importante para fazer com que as pessoas que nunca tiveram a oportunidade de conhecer, pudessem”, disse.

Sobre a abertura de locais para desenvolvimento desta cultura na cidade, Xamã diz que quase nada mudou. “Em relação aos espaços continuam sendo como eram antes, não tem apoio do governo, os espaços são um pouco limitados, investimento também, o som não é dos melhores, acho que isso vai amadurecendo com o tempo”, disse. Apesar da aprovação do evento, ainda não há previsão, segundo Calazanz, para realização da 2ª edição. A torcida é para que as portas da universidade continuem abertas para o ritmo e a poesia.



COLUNA FALA JURÍDICO

Publicada no dia 30 de outubro deste ano, a Medida Provisória (MP) 805 promove graves alterações nas legislações que versam sobre remuneração e contribuição previdenciária dos servidores públicos federais, além de alterar o Regime Jurídico Único (RJU) no que versa sobre ajuda de custo e auxílio moradia. Cabe destacar que as alterações foram veiculadas através de espécie normativa imprópria, visto que a MP está restrita aos casos cuja relevância e urgência demandem atuação legislativa excepcional.

Dispor sobre regime jurídico dos servidores através de MP burla o processo legislativo e caracteriza desvio de finalidade, não cabendo a exposição de motivos que acompanhou a MP 805 para justificar a urgência sob argumento de forte restrição fiscal e de suposto déficit do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos federais. Nenhuma urgência deflui de tais argumentos a ponto de justificar o uso impróprio de uma MP.

A tão falada restrição fiscal é noticiada desde os estudos para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2016 e o suposto déficit previdenciário no RPPS, de 2013. As matérias da MP têm origem remota, sobretudo os reajustes remuneratórios concedidos em razão dos Termos de Acordo firmados em 2015 e 2016, motivo pelo qual foram matematicamente passíveis de aferição e de obrigatoria inclusão dos PLOAs e não poderiam ser deduzidos através de MP.

A situação econômica brasileira não justifica – sob qualquer perspectiva que não a escolha política de precarizar o

serviço público e atribuir aos servidores a responsabilidade pela ineficiência do Poder Executivo – estas alterações. Se não bastasse a ausência de relevância e urgência, há ainda a vedação constitucional à regulamentação, por MP, de artigo da Constituição Federal (CF) que tenha sido alterado por emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 e a Emenda Constitucional (EC) 32/2001.

Sob o argumento de que o reajuste negociado em 2015 e 2016 foi concedido com base em uma inflação superior àquela realizada, com uma perspectiva de médio prazo de manutenção, o que provoca ganhos reais para as categorias contempladas, a MP 805/2017 posterga e cancela os aumentos concedidos aos servidores para 2018 e 2019. No que diz respeito à alteração do termo inicial para a produção de efeitos financeiros dos reajustes programados, a adoção desta MP afeta o Plano de Carreira e dos Cargos de Magistério Federal.

Cumpra-se destacar que o conjunto de leis que concedeu os aumentos remuneratórios aos cargos e às carreiras abrangidos por esta MP resulta de um movimento grevista organizado, em 2015, pelo funcionalismo público federal e que, entre as reivindicações, pleiteou a observância, pelo presidente da república, à CF no que garante a concessão de revisão geral anual às remunerações



e subsídios vigentes. Tais normas resultam, assim, de compromissos firmados entre governo federal e servidores.

Nesse sentido, resente-se de veracidade a justificativa de que os aumentos concedidos superariam ao acúmulo da inflação e promoveria aumento real. Isso porque os servidores não têm concedida revisão geral de remuneração desde 2003 e as perdas do valor da moeda não vêm sendo neutralizadas. A afirmação governamental de aumento real é afrontosa ao bom senso e ao princípio da razoabilidade.

Ao adotar esta MP, o presidente da república não apenas desonra o acordo, como incorre em inconstitucionalidade por violação aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos. Uma vez publicadas as normas tornaram-se vigentes, ainda que a produção de efeitos seja diferida em termos (datas futuras e certas), e o aumento remuneratório incorporou-se ao patrimônio jurídico dos servidores.

Conclusivamente, há manifesta inobservância ao Direito Adquirido, o Ato Jurídico perfeito e a coisa julgada na adoção da MP 805/2017 pelo presidente Michel Temer para cancelar e suspender reajustes remuneratórios concedidos por leis plenamente vigentes desde a sua publicação.

Auxiliadora Bicharra

Advogada (OAB/AM 3.004) do Gomes e Bicharra Advogados Associados, da Assessoria Jurídica da ADUA.

Gomes e Bicharra Advogados Associados

Tel.: (92)3611-4969 / 3611-3911 / (92) 99112-3184 / www.gomesebicharra.adv.br e-mail: auxiliadora@gomesebicharra.adv.br

AGENDA

Encontro de Educação

Para o 3º Encontro Nacional de Educação (ENE), previsto para o segundo semestre de 2018, está sendo preparado um diagnóstico da educação dividido por níveis e modalidades de ensino, incluindo educação profissional, no campo e especial. As comissões devem reunir informações sobre quantidade de escolas, número de professores e terceirizados, salários e carreira.

Congresso na Bahia

As plenárias do 37º Congresso do ANDES-SN serão realizadas no teatro da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e os grupos mistos nas dependências do Departamento de Ciências da Vida 2. Para o evento, que ocorrerá em Salvador (BA), de 22 a 27 de janeiro de 2018, o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), do Sindicato Nacional, prepara diagnóstico.

Recesso no ANDES-SN e na ADUA

Em função das festividades de final de ano, o ANDES-SN divulgou a programação relativa ao recesso na sede e nos escritórios regionais do Sindicato Nacional, onde houve expediente até o dia 21 de dezembro. O retorno das atividades ocorre no dia 2 de janeiro de 2018. Já na ADUA, o recesso iniciou dia 23 de dezembro. As atividades serão retomadas dia 3 de janeiro de 2018.